

Paviani, Aldo. **Expansão metropolitana: a modernização com desemprego.** *En publicación: América Latina: cidade, campo e turismo. Amalia Inés Geraiges de Lemos, Mónica Arroyo, María Laura Silveira. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre 2006.*

ISBN 978-987-1183-64-7

Disponible en la World Wide Web: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/lemos/05paviani.pdf>

www.clacso.org

RED DE BIBLIOTECAS VIRTUALES DE CIENCIAS SOCIALES DE AMERICA LATINA Y EL CARIBE, DE LA RED DE CENTROS MIEMBROS DE CLACSO

<http://www.clacso.org.ar/biblioteca>

biblioteca@clacso.edu.ar

ALDO PAVIANI *

EXPANSÃO METROPOLITANA: A MODERNIZAÇÃO COM DESEMPREGO

*Os espaços dos países subdesenvolvidos
caracterizam-se primeiramente pelo fato
de se organizarem e se reorganizarem
em função dos interesses
distantes e mais freqüentemente
em escala mundial
(Milton Santos, 1979).*

HÁ ALGUNS ANOS, a questão sobre o contexto sócio-espacial latino-americano era: “Como romper com o ciclo da miséria, que leva ao inaccessível físico (pela periferização) e cultural (com gerações sucessivas que não se educam) e ao inaccessível aos bens de uso e de consumo, perpetuador da iniquidade social?” (Paviani, 1989: 28).

Essa pergunta continua muito atual no início do século XXI e é merecedora de aprofundamento. Hoje, a América Latina ocupa espaço nos meios econômicos, na esfera da política internacional, em razão de pressões para a instituição da Alca e por um processo lento e de pouca vontade política para implantar o Mercosul. Esses mercados regionais estão inseridos no processo de mundialização da atividade econômica, com a imposição hegemônica americana e européia. Considere-se, igualmente, a globalização à qual a América Latina encontra-se submetida. Há também preocupações com a fome no continente, com as migrações internas, tráfico de drogas, crises sociopolíticas e econômicas, o crescimento das metrópoles, os movimentos populares –sobretudo dos “sem-teto”–, não necessariamente nessa ordem.

* Professor Titular e Pesquisador da Universidade de Brasília, Brasil.

No entanto, para entendermos o contexto da urbanização latino-americana devemos perpassar as fases recentes da modernização de sua economia e a importância geográfica de suas metrópoles. Assim sendo, neste trabalho focalizaremos alguns exemplos brasileiros e daremos prioridade ao processo de urbanização dos últimos anos, pois, há duas décadas, a expansão metropolitana adquiriu feições de periferização com o desemprego que preocupa os diversos agentes da urbanização. No processo, agentes internos envolvidos na construção metropolitana receberam reforço dos agentes externos, notadamente os que atuam para a mundialização, a globalização/fragmentação e seus coadjuvantes na modernização, financeirização, monopolização, oligopolização e internacionalização das respectivas atividades econômicas, no exemplo citado do contencioso Alca *versus* Mercosul.

No decorrer dos anos 1980, 1990 e início do século atual, acentuaram-se os “comandos externos”, movendo a produção, sob impulso tecnológico, com acentuado desemprego, e promovendo o consumo sob forte condução da propaganda; afinal, o continente latino-americano é um mercado em potencial. Sendo a modernização excludente, nem todos os trabalhadores possuem capacidade de produção por atraso educacional e tecnológico, não sendo, por isso, consumidores. Nesse curso, acentuam-se o desemprego, a exclusão socioespacial, a expansão das periferias metropolitanas que denunciam o empobrecimento da população, a falta de moradias condignas para camadas cada vez maiores de desvalidos, o déficit de saneamento básico, a deterioração do ambiente urbano com incremento dos conflitos (comandados pelo tráfico e por quadrilhas de assaltantes e agentes corruptos/corruptores) e a violência de todo o tipo, que a mídia cotidianamente expõe de maneira exaustiva.

Pelo exposto, concluímos que a agravada situação de desemprego, de expansão da pobreza e da miséria que se observa na América Latina tem estreita relação com os processos modernos de metropolização e de exclusão social, embora se propague que se trata de um continente “em desenvolvimento”. A esse respeito, Stiglitz ensina que:

a redução da pobreza tornou-se uma prioridade cada vez mais importante para os países que desejam se desenvolver [...] Também é verdade que a erradicação exige recursos que só podem ser obtidos com o crescimento. Assim, a existência de uma correlação entre crescimento e redução da pobreza não deve ser uma surpresa. Mas tal correlação não prova que as estratégias de “cascata” (ou “cascata plus”) são a melhor maneira de combater a miséria. Pelo contrário, as estatísticas demonstram que alguns cresceram sem reduzir a pobreza e que outros têm obtido mais êxito na realização dessa tarefa (Stiglitz, 2003: 117).

URBANIZAÇÃO NA AMÉRICA LATINA: DEPENDÊNCIA EXTERNA E EXCLUSÃO

Ao tempo da colonização, a ocupação dos territórios latino-americanos efetivou-se para a exploração de minerais preciosos, madeiras e especiarias com distribuição de terras para inumeráveis donatários. Por isso, o padrão de povoamento materializou-se ao longo dos litorais e margens de rios importantes, mesmo porque as facilidades para atracação de caravelas, galeões e naus em geral seriam particularmente importantes para o comércio. Ao longo dos dois ou três primeiros séculos, estabeleceram-se verdadeiros corredores para a extração, com rede dendrítica de povoados, vilas e algumas cidades em poucos portos. Esse processo de ocupação dos territórios não foi diferente nos demais países da América Latina. Foi longo o tempo de povoamento com dependência do comércio de produtos primários, passando, posteriormente, no caso brasileiro, pelos chamados “ciclos econômicos”.

A colonização passou por ações de poucos agentes, formando-se a elite abastada com visão de futuro fixa em termos de acumulação de poder político e capacidade econômica, já no século XVIII e XIX, de comprar escravos e manter algumas culturas extensivas como a da cana-de-açúcar. O fim da escravidão, em alguns países latino-americanos, não alterou o “status” do escravo ao ser libertado. Assim, “a escravidão imprimiu sua marca na formação do operário brasileiro”, segundo Colbari (1995: 33). Ao analisar a herança escravista nas representações do trabalho, a autora avalia que:

As condições de trabalho enfrentadas pelos primeiros trabalhadores livres eram semelhantes às vigentes na produção escravista: era comum o pagamento de salários somente aos mestres e contramestres, reservando-se aos demais operários comida, uniforme e pagamento de um bônus no final do ano. A escravidão e a miséria deram o tom das práticas de recrutamento e treinamento, baseadas na crença de que os trabalhadores eram “dóceis, ignorantes e carentes de orientação”, sujeitos, portanto, a tratamento similar àquele dispensado pelo proprietário rural a escravos e demais empregados em suas propriedades (Colbari, 1995: 33).

Por isso, no caso brasileiro, os proprietários rurais detinham todos os instrumentos legais para a exploração da terra e dos escravos. Segundo alguns autores, foi-se criando o “agregado social” (Pochmann, 2004) que, da agricultura, passou à cidade, sem perder essa condição. Esses agregados sociais, sem recursos, não produziam e também não consumiam, ficando na dependência dos seus senhores, fato que está na raiz da pobreza do Brasil. A abastada elite primário-exportadora não criou condições para a diversificação da produção que, da agri-

cultura, pecuária e mineração, passasse a criar manufaturas e outras indústrias. Devido à extração do ouro, as forjas eram rigorosamente controladas, inclusive no que toca à abertura de estradas carroçáveis para o escoamento da produção. Ligados fortemente à coroa portuguesa, os donatários submeteram a colônia à dependência de Portugal. Os portos como pontos de controle, no Brasil, incharam certas cidades litorâneas em detrimento das vilas e cidades litorâneas. As capitais transformaram-se nas maiores cidades no Brasil e nos demais países da América Latina.

A macrocefalia urbana ensejou, no final do século XIX, início do século XX, o início da “industrialização tardia”¹ e o esboço da “substituição de importações”, sem perder a condição de dependência econômica. Pelo contrário, incrementa-se a “necessidade de importar”, segundo avalia Milton Santos:

A modernização tecnológica –aquí a modificação das estruturas do consumo pelo efeito-demonstração– desencadeia uma modificação dos elementos da balança comercial dos países atingidos por ela. Os níveis da demanda externa são função do nível de industrialização nacional, do momento em que esta foi encetada e do ritmo de sua evolução e, enfim, do grau de abertura da população aos novos tipos de consumo. Os processos de modernização e industrialização são, em todas as suas fases, tributárias de grandes importações e se realizam num sistema econômico que é mundial (Santos, 1979: 84).

Pode-se inferir que esse processo se generaliza para todos os países subdesenvolvidos, em especial para os da América Latina.

Ao que tudo indica, o esquema montado no intercâmbio desigual foi de total submissão por parte das fracas economias latino-americanas aos países hegemônicos, de tal modo que afetou suas próprias economias, seus incipientes parques industriais e, com isso, a “endemia do desemprego” no continente. Ademais, com o avanço tecnológico, passou-se a exigir mão-de-obra qualificada/especializada. As indústrias passaram a utilizar máquinas de comando numérico e, posteriormente, robôs. Isso aumentou a produtividade, mas afetou o mercado de trabalho, que passou a priorizar “operários especializados”, com a “prática da exclusão”, como refere Coriat (1989: 128). Com isso, as atividades fragmentaram-se fazendo surgir o “desempregado tecnológico” ou o “trabalho em migalhas”, como o denominou Friedmann (1983).

1 A respeito da influência da industrialização na urbanização brasileira, ver Piquet, 1998.

MUNDIALIZAÇÃO, DESEMPREGO E EXCLUSÃO

Nos fundamentos da modernização e mundialização encontram-se as bases ideológicas do neoliberalismo². Neste, gestam-se novos modos de apartação social (Buarque, 2003), um dos tantos erros cometidos nos países subdesenvolvidos³, que os mantêm nesta condição. Uma das formas de exclusão centra-se nos aparatos produtivos e nos de serviços (privados e públicos) quando empresas e governos desempregam ao adotar tecnologias de ponta para acumular lucros a qualquer preço. O desemprego, todavia, não se dá apenas pela dispensa de certo número de trabalhadores das indústrias, do comércio, dos serviços e de instituições públicas. A eliminação de postos de trabalho (ou a não criação de novos) pode levar ao desemprego estrutural. Para esse processo adotamos a denominação “lacunas de trabalho” (Paviani, 1991), pois é desemprego diverso do primeiro, embora leve também à exclusão e seja difícil de detectar por meios quantitativos, pois acontece silenciosamente. Saliente-se que não há estatísticas sobre a eliminação de postos de trabalho ou a não criação de novas vagas.

Sabe-se, todavia, que a produção modernizada/mundializada requer menos braços; que os serviços são realizados por cada vez menor número de pessoas e que na órbita do funcionalismo público estimulam-se aposentadorias com o propósito de eliminar postos de trabalho. Com a massa dos excluídos, no interior dos sistemas econômicos que adotaram o neoliberalismo, forma-se o “circuito inferior” da economia, ou o circuito dos empobrecidos, como ensina Milton Santos. No atual período “técnico científico informacional”, a raiz da pobreza imposta pelo neoliberalismo é o desemprego ou as diferentes formas de exclusão das fontes de trabalho humano e dos benefícios da modernização.

GLOBALIZAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E SEUS “ATRIBUTOS”

Poderíamos perguntar, como muitos analistas, “o que é ser moderno?”. Para Latour, “a modernidade possui tantos sentidos quantos forem os pensadores e jornalistas”. E como não há consenso nem para modernidade, nem para globalização, o mesmo autor avalia que:

todas as definições apontam, de uma forma ou de outra, para a passagem do tempo. Através do adjetivo moderno, assinalamos um novo regime, uma aceleração, uma ruptura, uma revolução do tempo. Quando as palavras “moderno”, “modernização” e “modernidade” aparecem, definimos, por contraste, um passado arcaico e estável” (Latour, 1994: 15).

² Ver Paviani, 1999.

³ Ver Buarque, 1994.

Na urbanização, quase sempre se alia o termo “moderno” à configuração da cidade, em termos de edificações arrojadas ou a vias expressas ou a “trens bala”, capazes de tornar o “commuting” mais ágil, com menor perda de tempo nos deslocamentos. As cidades são consideradas “arcaicas” ou “históricas” quando não atualizaram seus edifícios, ruas e avenidas, nem tampouco sua frota para o transporte público. Por isso, a modernidade se liga a um padrão estético e instalações capazes de dar agilidade aos fluxos no interior da cidade. Poucas vezes se vê a utilização do termo “modernidade” ao desenvolvimento social, ao aparelhamento de hospitais, à melhoria no atendimento dos doentes, à elevação dos padrões educacionais com eliminação do analfabetismo ou mesmo, à rede de abastecimento de água tratada ou às instalações para o esgotamento sanitário.

Considere-se, também como “modernidade”, uma nova roupagem que assume o “circuito superior” como instrumento do imperialismo e colonialismo econômico revivificado, que a globalização enseja. Uma vez mais é Milton Santos quem nos adverte:

Se desejarmos escapar à crença de que esse mundo assim apresentado é verdadeiro, e não queremos admitir a permanência de sua percepção enganosa, devemos considerar a existência de pelo menos três mundos num só. O primeiro seria o mundo tal como nos fazem vê-lo: a globalização como fábula; o segundo seria o mundo tal como ele é: a globalização como perversidade; e o terceiro, o mundo como ele pode ser: uma outra globalização (Santos, 2000: 18).

Ainda segundo Milton Santos, impõe-se também o “culto ao consumo” e à idéia de que o Estado morreu, mas que, nos dias correntes, o que se vê é o Estado a serviço “da finança e de outros grandes interesses internacionais, em detrimento dos cuidados das populações cuja vida se torna mais difícil” (Santos, 2000: 19). Tanto isso é concreto que, entre outras temáticas, a dívida dos emergentes e subdesenvolvidos ocupou a agenda tanto do FSM –Fórum Social Mundial–, realizado em Porto Alegre entre 26 e 31 de janeiro de 2005, quanto do FEM –Fórum Econômico Mundial–, reunido em fins de janeiro em Davos (Suíça). Neste, foi aventada a possibilidade de os países ricos concederem perdão dos débitos dos países pobres. A iniciativa não prosperou. Abordou-se em ambos os fóruns o combate à fome no mundo. A ênfase sobre pobreza e fome poderá ter sido a mesma nos dois eventos, mas a imprensa adverte que “Davos ainda está muito distante de Porto Alegre. Mas algo já mudou. Na edição deste ano, o encontro de Davos foi pautado pela discussão sobre a fome, o tema levantado por Lula há dois anos” (Costa, 2005: 33). Todavia, sempre há ambigüidades: se em Porto Alegre, o presidente brasileiro lançou a campanha “Chamada Global para a Ação Contra a Pobreza”, em

Davos, desejou atrair investimentos estrangeiros, lançando em seminário um convite sob o mote “Brasil e parceiros: oportunidades de investimentos”, com o que deseja o governo “atrair US\$20 bilhões em investimentos estrangeiros diretos”, segundo a citada reportagem de Florência Costa, acima referida.

Por isso, tanto no FSM quanto no FEM, observou-se que a evolução para atingir essas metas utópicas é lenta e irá requerer mais do que boas intenções ou propaganda, mas ações efetivas para as quais as economias fortes não manifestam vontade política efetiva, ao menos com a urgência requerida pelos países subdesenvolvidos. E, nessa direção, cabe a assertiva segunda de Milton Santos, quando descortina:

O mundo como ele é: a globalização como perversidade [...] em que o desemprego crescente torna-se crônico. A pobreza aumenta e as classes médias perdem qualidade de vida. O salário médio tende a baixar. A fome e o desabrigo se generalizam em todos os continentes. Novas enfermidades, como a AIDS, se instalam e velhas doenças, supostamente extirpadas, fazem seu retorno triunfal. A mortalidade infantil permanece, a despeito dos progressos médicos e da informação. A educação de qualidade é cada vez mais inacessível. Alastram-se e aprofundam-se males espirituais e morais, como os egoísmos, os cinismos, a corrupção (Santos, 2000: 19-20).

Esse conjunto de “atributos” da globalização está presente em toda a América Latina, pois todos os dias alguns dos males citados são manchetes na imprensa. No caso brasileiro, em especial, há enormes rombos nas finanças federais, tanto por desvios de recursos que deveriam atender aos reclamos populares pelo mau serviço médico, com longas e humilhantes filas desde a madrugada para atendimento ambulatorial. Há também malversações de recursos públicos, além de monumentais elisões fiscais, sonegação e inadimplência quanto ao recolhimento de impostos por parte de grandes empresas. E, aqui, postula-se o terceiro mundo idealizado por Milton Santos: “o mundo como pode ser: uma outra globalização”, em que seria construída “uma globalização mais humana” (Santos, 2000: 20). Para Santos, a unicidade técnica, a convergência dos momentos e o conhecimento do planeta vão mostrando a abertura de possibilidades para que sirvam a outros objetivos que não os da perversidade da globalização⁴. Na

4 Para Stiglitz, “A globalização pode ser uma força para o bem”, referindo possibilidades como “globalização das idéias”; “níveis mais elevados de vida”; “benefícios da globalização da economia”, etc. Mas termina menos otimista, considerando que “para milhões de pessoas, a globalização não funcionou” (Stiglitz, 2003: 299). Também uma atitude de cautela nos é indicada por Le Goff: “é necessário vigiar, controlar e combater os perigos da mundialização. Os principais perigos parecem-me ser a predominância do aspecto econômico, o desenvolvimento da desigualdade e da injustiça sociais e a uniformização, que nunca é boa” (Le Goff, 2004: 28).

idealização de Milton Santos, “essas mesmas bases técnicas poderão servir a outros objetivos, se forem postas a serviço de outros fundamentos sociais e políticos”. O grande geógrafo anteviu a existência de uma “verdadeira sociodiversidade” e a “emergência de uma cultura popular que se serve dos meios técnicos antes exclusivos da cultura de massa, permitindo-lhe exercer sobre esta última uma verdadeira revanche ou vingança” (Santos, 2000: 20).

Uma outra faceta da globalização/fragmentação, como verdadeira “cunha” para a penetração em territórios promissores, encontra-se na tecnologia de ponta. Os territórios fragmentados prestam-se à “difusão de inovações tecnológicas”, designando as porções onde a tecnologia estará disponível para iniciativas de submissão, sob a roupagem da modernização e “desenvolvimento”. Em termos de fragmentação de território, algo assemelhado vem ocorrendo no aglomerado urbano do ABCD, em São Paulo, onde, com certa frequência, montadoras mudam de município em busca de terrenos maiores para depositar estoques de veículos, sobretudo em períodos de vendas reduzidas. Esse processo também aconteceu na Ásia, quando indústrias japonesas buscaram localizar-se em outros países.

Essa expansão das multinacionais, com montagem de plantas em diversos pontos do planeta, complica a implantação de barreiras para a remessa de lucros ao exterior; bem como altera a “fisionomia” do comércio internacional, tal como chama atenção Noam Chomsky:

perto de 40% do “comércio internacional” não são, realmente, comércio; consistem em operações internas das corporações, gerenciadas de modo centralizado por uma mão altamente visível, com todo o tipo de mecanismos para solapar os mercados em benefício do lucro e do poder. O sistema quase-mercantilista do capital multinacional corporativo está repleto das formas de conspiração dos dominantes, para as quais advertia Adam Smith, sem falar na tradicional utilização e dependência do poder estatal e do subsídio público (Chomsky, 2002: 43-44).

Idéia assemelhada também havia sido expressa por Milton Santos: “a globalização é, de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista”, em que técnicas e política caminham juntas e isso é algo que deve ser levado em conta para entender a “produção da globalização” (Santos, 2000: 23).

Em análise sobre história de complôs, Umberto Eco encontra no *Manifesto* de Marx e Engels “a descrição de um processo de globalização já concluído em 1848. Esse texto nos impressiona enquanto ato fundador do conceito de globalização, e de nossa própria globalização” (Eco, 2004: 37). Para Eco Marx e Engels descreveram que:

A conseqüência total dessas mudanças foi a centralização política. Províncias independentes, no máximo federadas entre si, possuidoras de interesses, leis governos, tarifas aduaneiras diferentes, foram reunidas numa só nação, com um só governo, uma só lei, um só interesse nacional de classe, por trás de uma só barreira alfandegária [...] evidentemente, é de globalização que se trata aqui (Eco, 2004: 36).

COMANDO EXTERNO E “INVESTIMENTOS”

No processo em curso, a mundialização da economia, os processos de comando externo (Paviani e Pires, 1993: 120) e o mercado internacionalizado sempre fazem crer no mito do desenvolvimento e no de “países emergentes”. Na lista desses países aparecem, invariavelmente, o Brasil, a Índia, o Chile, o México e a Argentina. Todavia, nem recursos à propaganda ufanista, nem o entusiasmo dos discursos oficiais eliminam a idéia de que em toda a América Latina o desemprego e a pobreza crescem no mesmo ritmo do endividamento externo e interno: “A dívida interna do governo federal cresceu R\$80,54 bilhões. Passou de R\$731,43 bilhões em dezembro de 2003 para R\$811,97 bilhões um ano depois”⁵. Incrementam-se também os juros da dívida externa e o crescente aparato a serviço do capital fugaz e especulativo: “Investidores estrangeiros vêm ao Brasil lucrar com a taxa de juros elevada. Ingressos em dólares derrubam a cotação da moeda e intervenções do Banco Central não compensam excesso de oferta”⁶. A atração de capitais externos é uma tarefa a que se dedicam de corpo e alma alguns membros do governo federal, sobretudo os ligados ao Ministério da Fazenda e ao Banco Central, tal como entidades de classe vêm denunciando há alguns meses. Daí o esforço do governo brasileiro em pagar bilhões de reais a credores externos⁷; estabelecer arrocho fiscal, manter elevados o “superávit fiscal” e o “superávit primário”, com o aumento dos juros para tornar atrativos os “investimentos” estrangeiros. Com isso, bancos e empresas auferem lucros cada vez maiores, pois os investimentos em títulos públicos são muito atrativos⁸.

Ao mesmo tempo em que as finanças lucram extraordinariamente, aumenta o número dos excluídos da apropriação do produto social. Os apartados sociais não possuem acesso à rede escolar de qualidade;

5 “Dívida cresce 11%” *Correio Braziliense* 20/01/2005.

6 “Política Econômica: Dez anos em oito meses (31,2% é o ganho que o aplicador pode ter conseguido em oito meses)” *Correio Braziliense* 20/01/2005.

7 Em 2004, o Brasil pagou ao FMI US\$4,3 bilhões para amortizar os juros da dívida, conforme divulgou o *Correio Braziliense*, Caderno Opinião: “Migalhas para Pesquisas”, 06/03/2005.

8 Bancos ampliam ganhos em 2004 e continuam batendo recordes de lucratividade “Um show de bilhões” *ISTOÉ* 02/03/2005.

muitos permanecem na condição de analfabetos, na escuridão intelectual, não tendo acesso ao moderno aparato produtivo que, muitas vezes, exige domínio de língua estrangeira. Analfabetos, não têm vislumbre do futuro, estando mergulhados nos afazeres de sobrevivência e na rotina pouco remuneradora, alimentam-se mal e adoecem. Doentes, não podem auferir dos tratamentos hospitalares de boa qualidade ou dos serviços médicos à disposição da classe média e alta.

A elite tem mecanismos para socializar os mecanismos que mantêm a saúde disponível para uma pequena parcela da população. As condições habitacionais dos excluídos, mesmo estando em pleno centro da cidade, são indignas da condição humana e de patamares mais elevados de civilização. Cortiços e favelas não possuem esgoto (sendo locais propícios para a disseminação de enfermidades variadas), água tratada é instalada somente em pontos esparsos. Habitações precárias, “subnormais”, geralmente encontram-se periféricas em relação aos empregos que melhor remuneram. Os habitantes destes locais segregados estão física e intelectualmente impedidos de produzir. Não produzindo, estão condenados ao desemprego, à lacuna de trabalho e a não consumir mesmo o mínimo necessário condizente à dignidade humana.

DESEMPREGO/LACUNAS DE TRABALHO EM METRÓPOLES BRASILEIRAS

Para as estatísticas oficiais, há distinção entre as diversas categorias de desempregados: podem fazer parte da PIA –População em Idade Ativa– e da PEA –População Economicamente Ativa. A PIA é formada pela população com 10 anos ou mais que, em tese, poderá entrar para o assim denominado “mercado de trabalho”. A PEA é formada pela PIA que está trabalhando ou encontra-se desempregada. Na globalização, há formas perversas de “escolha” da força de trabalho humano, fragmentando-a em um cada vez maior número de tipos de desemprego. Vejamos⁹: 1) desemprego aberto é constituído por pessoas que procuraram emprego nos últimos 30 dias ou não exerceram atividade alguma, com vínculo empregatício, nos últimos 7 dias de um censo ou pesquisa; 2) desemprego oculto por trabalho precário: trabalho irregular, remunerado ou não, desempenhado por pessoas que procuraram trabalho nos últimos 30 dias ou nos últimos 12 meses de uma pesquisa ou censo; 3) desemprego oculto pelo desalento, em que se enquadram pessoas que não possuem trabalho, nem o procuraram nos últimos 30 dias, por desestímulo do mercado de trabalho, mas que estiveram à procura de trabalho nos últimos 12 meses da pesquisa ou do censo; 4) inativos, categoria constituída pela

⁹ Definições e conceitos conforme Governo do DF/SEADE/DIESSSE, 2004.

PIA menos PEA, ou seja, aquela porção da PIA, na faixa etária acima de 10 anos, que não está ocupada ou desempregada.

Outra categorização é oferecida por Claus Offe: 1) “Inativos” –crianças, aposentados, doentes, donas de casa, etc; 2) Indivíduos “no” mercado de trabalho, com “relação contratual de trabalho” ou os “disponíveis” para trabalhar, também denominados “*desempregados* registrados”, que possam estar recebendo “benefícios previdenciários”; 3) “efetivamente empregados”, com contrato e salário; 4) “Independentes” ou “autônomos”, que não necessitam vender sua “força de trabalho” porque possuem “meios de produção”, conforme salienta Offe (1989).

Há, todavia, que ressaltar uma outra categoria, não elencada nas estatísticas, que é a constituída pelas lacunas de trabalho. Estas se tornam mais evidentes a partir da globalização/fragmentação e modernização da economia mundial, afetando sobremaneira os países subdesenvolvidos em especial, como referido acima. Todavia, os países desenvolvidos ou industriais não estão livres deste processo. As lacunas de trabalho são frutos da não-criação de postos novos de atividades ou da eliminação de lugares de trabalho antigos, que não voltam a ser preenchidos. Há uma dificuldade para a percepção das lacunas de trabalho, pois não constam dos levantamentos estatísticos oficiais. O trabalhador que foi dispensado sempre será considerado um desempregado, mas aquele que jamais exerceu uma atividade é desempregado de outra natureza, pois só encontrou postos de trabalho preenchidos e vagas inexistentes devido a cortes ou pela não-criação de postos novos. Para ambos, Lojkine refere o termo precarizados¹⁰, ao menos para o caso da França; para o caso brasileiro, talvez pudéssemos cunhar o termo descartáveis, pois já não diz respeito aos componentes de “exército de reserva” do passado, a que se referia Marx, mas de “estoque de lacunas de trabalho”, correspondente ao número de descartáveis que possamos contabilizar¹¹. Todavia, o estoque das lacunas de trabalho não é transparente, esconde-se nas grandes cidades e somente poderá ser avaliado por pesquisas diretas nas empresas ou junto aos que, mesmo em idade adulta, ainda não foram absorvidos no mercado de trabalho, sendo, portanto, “cidadãos-de-segunda-categoria”, não incluídos na massa dos que produzem e consomem. No caso da América Latina, em especial do Brasil, ampliam-se as lacunas de trabalho e, com elas, os que são condenados a serem pobres e excluídos. Na seqüência, analisaremos estatísticas da situação do desemprego nas principais metrópoles brasileiras para as quais desde algum tempo há dados disponíveis.

10 Termo utilizado por Jean Lojkine em conferência realizada na UnB em junho de 1994.

11 Denuncia-se na imprensa que algumas empresas se têm recusado a contratar pessoas com pouco mais de 40 anos, considerando-as “velhas”.

DESEMPREGO METROPOLITANO

Embora as grandes cidades sejam as mais visadas pelos que procuram emprego, é nelas também que a massa de desempregados é mais evidente. Todavia, é também nas metrópoles que o IBGE ou o sistema SEADE/DIEESE elaboram pesquisas regulares sobre emprego/desemprego. Registre-se que a preocupação com desemprego não se restringe a datas recentes, mas recua no tempo. Para não retrocedermos muito, basta que analisemos períodos de crise, como aquela que abalou a economia brasileira entre 1981 e 1983. Álvaro Diaz (1988: 39) analisa dados da queda de empregos desse período de crise, entre 1981 e 1983 em alguns setores industriais: indústria metalúrgica 29%; indústria de transporte 32%; indústria mecânica 47%; material elétrico e comunicações 51 %.

Diaz (1988: 39) ainda acrescenta que “para dar uma idéia de magnitudes, basta assinalar que o DIEESE estimou que entre 1979/1984, na base territorial de cinco sindicatos de metalúrgicos e químicos do Estado de São Paulo, foram demitidos mais de 125.000 trabalhadores. Somente entre os metalúrgicos houve mais de 119.000 despedidos”. Todavia, na mesma análise o autor antecipa o que se poderia denominar de lacuna de trabalho, pois “entre 1983 e 1986 a produção industrial cresceu 17%”: o patamar de emprego não havia se recuperado enquanto ocorreu incremento da produtividade. Isso vem demonstrar o caráter histórico e crônico do desemprego e da eliminação de postos de trabalho, uma vez que, com menor número de operários em relação ao ano base, a produtividade aumentou.

No exame dos dados de desemprego desta década, a Tabela 1 mostra uma relativa estabilidade, em patamares elevados, das taxas de desemprego. Os percentuais de todas as metrópoles pesquisadas indicam que, em dezembro de 2001, apenas Porto Alegre possuía menos do que 15% da PEA desempregada, algo ao redor de 250.000 pessoas; enquanto isso, São Paulo e Belo Horizonte com 1.640.800 e 370.630 desempregados, representavam, respectivamente, 17,8% e 17,7% da PEA fora de atividade e ocupando uma posição intermediária. Com taxas mais elevadas vamos encontrar Brasília, Recife e Salvador, com, respectivamente, 174.040, 304.420 e 438.670 das respectivas PEAs sem emprego, o que acarretou as mais elevadas taxas entre as seis metrópoles objetos de pesquisa do sistema SEADE/DIEESE, 19% para a primeira e 20,5% e 27,4% para Recife e Salvador, respectivamente (Tabela 1).

TABELA 1
PEA e desemprego em seis metrópoles brasileiras – 2001/2004

Cidade	PEA dez/01	Desempregados	% dez/01	% jul/02	% jul/03	% jul/04	% dez/04
Brasília (DF)	916.000	174.040	19,0	20,3	23,3	20,9	19,3
Belo Horizonte	2.094.000	370.630	17,7	17,7	19,7	19,6	17,0
Porto Alegre	1.692.000	250.410	14,8	15,9	17,7	16,3	14,4
Recife	1.485.000	304.420	20,5	20,8	23,9	23,5	21,2
Salvador	1.601.000	438.670	27,4	27,7	28,9	25,3	24,8
São Paulo	9.218.000	1.640.800	17,8	18,1	19,7	18,5	17,1

Fonte: Governo do DF/SEADE/DIEESE *Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal. julho/2002; julho/2004; dez/2004.*

De 2001 até 2004 praticamente não houve grande alteração neste quadro de desemprego, mesmo com mudança de governo, em 2002. Em dezembro de 2004 ocorreu pequena elevação nas taxas de Brasília e de Recife, enquanto que, nas demais metrópoles, a redução se atribui ao aumento sazonal de vagas no comércio e na indústria em razão dos festejos de fim de ano.

Os dados de janeiro de 2005, divulgados por meio eletrônico pelo sistema SEADE/DIEESE, não revelam significativas alterações no quadro de emprego e desemprego, pois, mesmo após as festas de fim de ano, as contratações foram mantidas por muitas empresas. Aliás, comparando-se os dados dos últimos meses de 2004 com os de janeiro de 2005, nota-se pequena redução das taxas de desemprego para quase todas as metrópoles pesquisadas. As taxas para janeiro de 2005 são as seguintes e devem ser comparadas com os dados da Tabela 1: Belo Horizonte 17,3%; Brasília (DF) 19,2%; Porto Alegre 16,7%; Recife 20,5%; Salvador 24,8% e São Paulo s/d.

Em dezembro de 2003, os serviços perfaziam 55,6% dos ocupados em atividades econômicas, que aumentaram em dezembro de 2004 para 56,7% ou, em números absolutos, 544.600 pessoas (Tabela 2). Isso também indica a má distribuição dos ocupados, pois a segunda atividade – a administração pública – ocupava, em 2003, 20,6%, reduzindo-se em 2004 para 18,7%, ou 179.400 pessoas, em números absolutos.

TABELA 2
Estimativa de ocupados por setor de atividade econômica DF- dez. 2003/04

Setores	2003		2004 (1)	
	Nº	%	Nº	%
Total	901.000	100,0	959.800	100,0
Ind. Transformação	320.400	3,6	31.800	3,3
Construção Civil	29.600	3,2	35.100	3,6
Comércio	143.100	15,9	161.200	16,8
Serviços	501.500	55,6	544.600	56,7
Administração Pública	185.300	20,6	179.400	18,7
Outros (1)	9.100	1,1	7.700	0,8

Fonte: Governo do DF/DIEESE/SEDE, 2004.

(1) Inclui trabalhadores da agropecuária, embaixadas, consulados representações e oficiais e políticas.

Portanto, a rigor, Brasília, não seria, como se propala, a cidade dos funcionários públicos, pois não é essa a atividade que mais emprega. Aliás, o comércio, com 161.200 empregados em dezembro de 2004, encontra-se em terceiro lugar, com 16,8% dos ocupados da Capital. Uma outra revelação das estatísticas: são insignificantes as demais atividades, em termos de ocupação de mão-de-obra; tanto que, com pouco mais de 3% dos ocupados, a indústria da transformação e a construção civil, não empregavam, juntas, mais de 67.000 pessoas em dezembro de 2004 (Tabela 2), uma outra precariedade do mercado de trabalho local.

À GUIA DE CONCLUSÃO

A modernização que perpassa a urbanização/metropolização na América Latina, por via da globalização aqui analisada, não permite uma conclusão, como tradicionalmente se poderia esperar. A urbanização é um processo em curso, assim como a modernização e a globalização, podendo se apresentar de forma cambiante em alguns pontos do planeta e mesmo no interior dos continentes. Mas, com o sentido de encerrar este trabalho, o que podemos sugerir ou indicar, no pouco espaço que nos resta?

Em primeiro lugar, que a América Latina se liberte das imposições de organismos internacionais, atenuando a dependência externa. Em tempos de acelerada globalização, governos se submetem aos ditames externos, seja para “obter investimentos”, seja seguir cartilhas como a que sugere estabilidade financeira e monetária por meio de taxa elevada de juros, que pretensamente impediria o deslanchar da infla-

ção. As cartilhas do neoliberalismo têm-se mostrado ineficazes, quando não provocadoras de desemprego e exclusão e deflagrando protestos populares em diferentes países da América Latina. Por essa via, chegasse também ao já constatado empobrecimento da população em todo o continente. Há, ainda, a perda da soberania e a submissão dos países a normas, ditames, barreiras alfandegárias e resoluções que solapam a autonomia e a gestão interna de territórios e seus recursos. Nessa direção pode-se avaliar que um determinado país não pode exportar seus recursos naturais ou produtos industrializados porque os países ricos taxam as importações ou subsidiam a produção interna, inviabilizando um comércio internacional em igualdade de condições, o que tem sido demonstrado até pela OMC, dando ganho de causa às exportações da soja brasileira para os Estados Unidos. Desta forma, se os protestos e rebeliões de rua disseminam-se no continente, os governos deverão estar preparados para alterar o enfoque de suas políticas econômicas calcado nos modelos do neoliberalismo e nas determinações modernizadoras de agências e organismos internacionais.

Em segundo lugar, mas não menos importante, desenvolver um programa de geração e distribuição de renda em todo o continente, valorização do trabalho assalariado, com o que aumentaria a poupança interna, possibilitando um mercado regional mais sólido, ao abrigo de um MERCOSUL revigorado. Salários mais justos e distribuição dos bens socialmente produzidos reduziriam em muito as taxas de desemprego, ganhando-se em produtividade no campo e na cidade com ampliação dos investimentos internos sem a desesperada busca de dólares no exterior.

BIBLIOGRAFIA

- Buarque, C. 2003 *O que é apartação: o apartheid social no Brasil* (São Paulo: Ed. Brasiliense).
- Buarque, C. 1994 *A Revolução das prioridades: da modernidade técnica à modernidade ética* (São Paulo: Paz e Terra).
- Chomsky, N. 2002 "Democracia e mercados na nova ordem mundial" em Gentili, Pablo (org.) *Globalização excludente. Desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial* (Petrópolis/Buenos Aires: Vozes/CLACSO).
- Colbari, A. L. 1995 *Ética do trabalho* (São Paulo: Letras & Letras-Ed. da FCAA-UFES).
- Coriat, B. 1989 *A revolução dos robôs: o impacto sócio-econômico da automação* (São Paulo: Busca Vida).
- Correio Braziliense* 06/03/2005.

Correio Braziliense 20/01/2005.

Costa, Florência 2005 “Vitrine Brasil” em *ISTOÉ*, Nº 1842 (São Paulo).

Diaz, A. 1988 “Crise e modernização tecnológica na indústria metalmeccânica brasileira” em Neder, Ricardo Toledo *et al.* *Automação e movimento sindical no Brasil* (São Paulo: Hucitec).

Eco, U. 2004 “História de complôs” em Barret-Ducroq, François (org.) *Globalização para quem?* (São Paulo: Futura).

Friedmann, G. 1983 *O Trabalho em migalhas* (São Paulo: Ed. Perspectiva).

Governo do Distrito Federal /DIEESE/SEDE 2004 *Pesquisa de emprego e desemprego do Distrito Federal – Resultados: dezembro de 2004* (Brasília: GDF).

Governo do Distrito Federal /DIEESE/SEDE 2004 *Pesquisa de emprego e desemprego do Distrito Federal – Resultados: julho de 2004.* (Brasília: GDF).

ISTOÉ (São Paulo) Nº 1846, 02/03/2005.

Latour, B. 1994 *Jamais fomos modernos* (Rio de Janeiro: Ed. 34).

Le Goff, J. 2004 “As mundializações à luz da história” em Barret-Ducroq, François (org.) *Globalização para quem? Uma discussão sobre os rumos da globalização* (São Paulo: Futura).

Micheo, A. 1979 “O caso Carter: um fenômeno planejado” em Assmann, Hugo (org.) *A trilateral, nova fase do capitalismo mundial* (Petrópolis: Ed. Vozes).

Offe, C. 1989 *Capitalismo desorganizado* (São Paulo: Ed. Brasiliense).

Paviani, A.; Ferreira, I. C. B. e Barreto, F. F. P. (orgs.) *Brasília – dimensões da violência urbana* (Brasília: Editora UnB), no prelo.

Paviani, A. 1999 “Exclusão social pelo desemprego/lacunas de trabalho” em *Novos estudos de geografia urbana brasileira.*

Paviani, A. e Pires, N. de P. 1993 “Apropriação de recursos e a gestão externa de territórios: as novas configurações e mapeamentos” em Santos, Milton *et al.* (orgs.) *O novo mapa do mundo – fim de século e globalização* (São Paulo: Hucitec/Anpur).

Paviani, A. 1991 “A construção injusta do espaço urbano” em Aldo Paviani (org.) *A conquista da cidade – movimentos populares em Brasília* (Brasília: Editora UnB).

Paviani, A. 1989 *Brasília: a metrópole em crise* (Brasília: Editora UnB).

Piquet, R. 1998 *Cidade-empresa: presença na paisagem urbana brasileira* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.).

Pochmann, M. 2004 “O país subserviente” em *Carta Capital* (São Paulo) Ano XII, Nº 323.

- Romero, J. L. 2004 *América Latina: as cidades e as idéias* (Rio de Janeiro: Ed. UFRJ).
- Santos, M. 2000 *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal* (Rio de Janeiro: Record).
- Santos, M. 1994 "O retorno do território" em Santos, Milton *et al.* (orgs.) *Território – globalização e fragmentação* (São Paulo: Hucitec/Anpur).
- Santos, M. 1990 *Metrópole corporativa fragmentada – o caso de São Paulo* (São Paulo: Nobel).
- Santos, M. 1979 *O espaço dividido – os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos* (Rio de Janeiro: Livr. Francisco Alves).
- Stiglitz, J. E. 2003 *A globalização e seus malefícios* (São Paulo: Futura).